

## **Planejamento Militante: trajetória e instantâneos da experiência da Ambiens Sociedade Cooperativa**

José Ricardo Vargas de Faria<sup>1</sup>, Daniele Regina Pontes<sup>2</sup>

A emergência e consolidação do planejamento como atividade destacada, tanto no âmbito das organizações privadas quanto do Estado, pode ser aproximadamente localizada na década de 1940. O contexto deste fenômeno caracteriza-se, entre outros fatores, pela expansão do modo fordista de produção, pela consolidação do estado desenvolvimentista e pelo incremento do aparelho burocrático estatal, ou seja, é expressão culminante do que Weber (1980) definiu como modernização, fundamentada na “ideologia racional, [n]a racionalização da vida, [n]a ética racional da economia”. O planejamento surge, de um lado, como instrumento para reforçar as condições favoráveis à acumulação e, de outro lado, como uma importante fonte de legitimação da ordem social.

Esta origem, e neste sentido há diversas aproximações entre a versão de planificação econômica e a de planejamento desenvolvimentista, configurou uma importante rejeição ao termo planejamento no campo das lutas sociais, pela sua associação ao centralismo e ao autoritarismo. A crise deste modelo, a partir da década de 70, foi também a crise do planejamento que, porém, se reconfigurou sob novas aparências (estratégica, participativa, comunicativa etc.).

Mas em que medida essas aparências trazem algo realmente novo? Há práticas que alteram os sentidos e significados do planejamento? Se houve mudanças, em que medida a técnica acompanhou o surgimento de novas finalidades e valores? O planejamento cumpre ou pode cumprir algum papel importante na dinâmica das lutas sociais?

A oportunidade para esse texto surgiu da reunião de diversas dessas inquietações comungadas em Encontro, realizado em 2014, sobre experiências de planejamento em contexto de conflito social<sup>3</sup>. O convite para relatar a experiência da Ambiens Sociedade Cooperativa, coletivo de planejadores de Curitiba, se fundamentou na expectativa de reunir práticas de planejamento que permitissem observar distintos propósitos e atores, refletir sobre outros métodos e técnicas e, principalmente, compreender o planejamento no campo

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Transportes e dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi sócio fundador e cooperado da Ambiens até 2013.

<sup>2</sup> Professora Titular I do Curso de Direito da Universidade Positivo e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Sócia fundadora e cooperada da Ambiens.

<sup>3</sup> O encontro foi realizado no Rio de Janeiro e organizado pelo NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ — Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

da política. O desenvolvimento desse relato levou a refletir não apenas sobre as experiências de planejamento em contexto de conflito, mas também sobre o planejamento como prática social, como amálgama de uma prática laborativa e militante e como fundador de uma organização que se constituiu, ao mesmo tempo, na sua crítica e na sua afirmação.

Não será a intenção, porém, descrever experiências e práticas. O texto está organizado como uma avaliação, um balanço, que ilustra um momento da práxis coletiva, ou seja, apresenta algumas reflexões e interpretações sobre os acúmulos obtidos e as lições aprendidas. Ainda assim, é apenas um olhar e, portanto, uma significativa redução (não a fenomenológica) da trajetória e da experiência refletida.

### **A formação de um coletivo**

A aspiração por aliar trabalho e militância é pensamento comum entre aqueles que tomam para si o propósito de refletir sobre as condições existentes e, buscam, ainda que inseridos no conjunto das limitações próprias do seu tempo, do seu espaço, da sua cultura, das suas respectivas disciplinas, provocar e colaborar com tantos outros agentes, no movimento de mudança do estado de coisas.

Em um modo de produção e reprodução social que se assenta sobre a alienação do trabalho e leva seus sujeitos a procurar realização em outras atividades sociais – muitas vezes infrutiferamente –, há quem veja no trabalho militante o caminho para ressignificar e reconstruir o sentido da sua ação no mundo. Fazer do trabalho, além do meio de subsistência, uma prática política referenciada socialmente não é, contudo, situação comum.

Construída ao mesmo tempo como espaço de contestação de práticas tecnocráticas de planejamento e como utopia experimental de organização autogerida e interdisciplinar do trabalho, a Ambiens Sociedade Cooperativa tem sido, desde antes de sua fundação, um espaço fértil para conjugar trabalho e política. Se nos trabalhos de planejamento a Ambiens buscou construir possibilidades que partissem de premissas não usuais, talvez seja no planejamento da própria Ambiens, como organização autogerida, que se possa identificar uma gama de elementos que também são significantes da construção de horizontes menos manualísticos e, mais pautados na prática de construção coletiva, com todos os percalços que isso possa significar quando os sujeitos da ação estão inseridos em uma realidade e em uma mentalidade, para utilizar a expressão de Paolo Grossi (GROSSI, 2006), redundantemente individualista.

Assim, fugindo da proposta Moderna da superindividualização em que "os outros são rivais ou obstáculos à sua própria ascensão" (TODOROV, 2014, p. 21), a pretensão de abertura da Ambiens resultou de um longo período de discussão e de maturação do que seria num primeiro momento o seu objeto e, depois, como seria a própria organização.

A ideia começou a ser desenhada em 1996 por um grupo de estudantes do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Paraná que tinham em comum o interesse pela área de planejamento urbano e o desejo de criar uma organização que pudesse desenvolver trabalhos neste campo. O grupo passou a se reunir para discutir a forma de constituição desta organização e aprimorar a concepção sobre o objeto de trabalho. Nestas reuniões, outras pessoas, na maioria dos casos também estudantes, eram convidadas a participar. Os convidados possuíam alguma identificação com o objeto de trabalho idealizado e, ainda que implicitamente, com um determinado perfil político e ideológico. Além disso, normalmente estes convidados participavam de alguma forma de atividade (diretórios acadêmicos, grupos culturais, projetos de extensão universitária) que delineava um perfil para o trabalho coletivo.

A discussão em torno das questões relativas ao planejamento urbano era bastante orientada pela crítica ao tecnicismo que fundamentava os trabalhos desenvolvidos pelos centros de planejamento urbano e regional no Município de Curitiba. O contato com experiências exitosas de planejamento que promoviam o envolvimento das comunidades colaborava na fundamentação da crítica.

Esta postura crítica também dava suporte à tentativa de criação de uma organização cujas relações de trabalho fossem diferenciadas das relações que se estabeleciam nas empresas tradicionais. A ideia de criação de uma cooperativa já havia surgido desde o início. A fundamentação ideológica do cooperativismo, ainda que na sua versão do socialismo utópico, se coadunava com a proposta de trabalho democrático do grupo. Nestes momentos iniciais, o grupo discutia os princípios que fundamentariam tanto a forma de organização, quanto de atuação em relação ao planejamento. Impunha-se o desafio de realizar, na sua organização, o que se pretendia para o seu objeto. Esta fase de formulações e discussões teve uma duração aproximada de dois anos.

Em 1999, surge a oportunidade de elaboração de um projeto que possibilitaria uma experimentação do trabalho em grupo. A partir de um contato com um dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), surgiu a proposta de planejamento para o desenvolvimento de um assentamento da reforma agrária recém instalado em uma região próxima à Curitiba. Este trabalho foi desenvolvido durante quatro meses de forma voluntária pelos integrantes do grupo.

### **A ocupação e o Plano: as certidões de nascimento do Assentamento Contestado e da Ambiens**

O objetivo da elaboração do Plano de Assentamento (PA) do Contestado foi apresentar uma proposta de planejamento e desenvolvimento de assentamento de reforma agrária que se constituísse como contraponto ao Plano de Desenvolvimento Sustentável de

Assentamento de Reforma Agrária (PDA), elaborado por órgãos oficiais, mais especificamente a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), nos termos da política nacional de Reforma Agrária.

A década de 1990 foi caracterizada por uma intensa mobilização dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta pela reforma agrária. O MST, fundado em 1984, consolidou-se nacionalmente como um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, com a emblemática ocupação do Pontal do Paranapanema, já em 1985. Foi a partir de meados da década de 1990, contudo, que se intensificaram as ocupações de terra. Entre 1990 e 1999 o crescimento do número de ocupações por ano foi de 400%, chegando em 1998 e 1999 ao auge das ocupações de terra no campo (599 ocupações envolvendo 76.482 famílias em 1998 e 593 ocupações envolvendo 79.065 famílias em 1999, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT).

As ocupações foram, neste período, o principal instrumento de luta para constituição dos assentamentos de reforma agrária. As áreas ocupadas, regra geral, eram identificadas a partir das possibilidades de desapropriação em função dos índices de produtividade ou das condições fiscais (dívidas de INSS, por exemplo) e o ato de ocupação forçava a desapropriação. As famílias que ocupavam as áreas ficavam acampadas até a constituição efetiva do assentamento, que se dava, após a desapropriação da área, pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Assentamento de Reforma Agrária (PDA).

Nesta época, os PDAs se constituíam como instrumento essencialmente tecnocrático, elaborado por profissionais da EMATER, apresentando uma proposta de divisão dos lotes e do número de famílias que podiam ser assentadas, a partir de índices padronizados de produtividade e da área considerada disponível para produção na propriedade ocupada. Esta proposta geralmente contava com pouca participação dos assentados e não havia debate sobre alternativas de produção coletiva, utilização produtiva de áreas de preservação com manejo florestal e outras soluções que qualificassem o plano de assentamento. Neste contexto, lideranças e militantes do MST reivindicavam novas formas de planejamento.

A experiência do Plano de Assentamento do Contestado (PA Contestado), com elaboração do "Estudo de viabilidade técnica e estratégias de ação para o ecodesenvolvimento da Fazenda Santa Amélia", no Município da Lapa, Paraná, teve como sujeitos as cerca de 40 famílias que, em 7 de fevereiro de 1999, ocuparam a área de 3.228 hectares a 70 quilômetros de Curitiba.

A Fazenda Santa Amélia é um imóvel histórico do Paraná, tendo sido moradia do senhor de escravos David Santos Pacheco, Barão dos Campos Gerais, nos anos de 1850 a 1890. Comunidades quilombolas do Município da Lapa foram formadas por escravos alforriados desta Fazenda, que é representativa do período escravista.

Em 1985, os descendentes do Barão dos Campos Gerais venderam a Fazenda Santa Amélia para a Industria Cerâmica do Paraná S.A. - INCEPA, que, além do uso para reflorestamento de pinus e eucalipto, construiu, na sede da fazenda, um museu dos tropeiros.

A empresa contraiu diversas dívidas, além de possuir passivos fiscais, especialmente com a Previdência Social. A partir da segunda metade da década de 1990, o MST reforçou a diretriz de ocupação de terras cujos proprietários possuísem dívidas previdenciárias e, em fevereiro de 1999, a área foi ocupada. Em dezembro de 1999, após alguns meses da ocupação, a área foi declarada de interesse público para fins de Reforma Agrária e desapropriada pelo INCRA. "A área passou a ser conhecida como Assentamento Contestado, uma homenagem das famílias sem terras aos trabalhadores rurais que lutaram na Guerra do Contestado (1892 à 1916)" (MST, 2015). Atualmente o assentamento conta com 108 famílias.

O processo de planejamento com as famílias acampadas foi iniciado com um trabalho de discussão e explicitação dos ideais de assentamento. A importância deste trabalho inicial decorria, em grande medida, de dois elementos centrais. Inicialmente, a preocupação das lideranças do MST em construir, em face da visibilidade do assentamento no contexto do Estado do Paraná, um assentamento modelo de propriedade e trabalho coletivos, com produção agroecológica e manejo florestal sustentável, constituindo um exemplo paradigmático da proposta do MST para Reforma Agrária. O segundo aspecto era a diversidade da origem e das experiências de trabalho e culturas agropecuárias dos acampados, que gerava conflitos internos sobre as formas de apropriação da terra e de organização do trabalho.

Importante destacar que os agentes de assessoria envolvidos com o processo de planejamento dos assentados podem ser divididos, originalmente, em dois grupos. Um grupo de estudantes de psicologia da Universidade Federal do Paraná, que desenvolvia seu estágio em Psicologia Social e contava com a orientação da professora e com a colaboração voluntária do seu companheiro, engenheiro agrônomo da Embrapa Florestas, ambos com importante experiência em processos de educação popular e ambiental. Outro grupo era formado pelos profissionais e estudantes de engenharia, agronomia e arquitetura, que constituíam o coletivo que viria a formar a Ambiens Sociedade Cooperativa. A inserção política desses grupos os levaram a ser convidados pelas lideranças do acampamento para contribuir com a elaboração do plano.

A metodologia para trazer a luz os diferentes ideais e os conflitos decorrentes das diferenças foi a pesquisa e planejamento participante, orientada pela Psicologia Social Comunitária, com uma perspectiva dialética e histórica. As estudantes de psicologia

levantaram dados sobre a história de vida e as expectativas das famílias para, posteriormente, debater sobre a cooperação, a comunicação e o processo grupal.

O coletivo de estudantes e profissionais das áreas de Agronomia, Engenharia e Arquitetura, colaborou no processo de planejamento participando das subdivisões do grupo de assentados que constituiu as denominadas frentes de estudo da realidade (saúde, educação, meio ambiente, habitação e produção) com o objetivo de compor os elementos necessários para um diagnóstico do que a comunidade desejava, do que necessitava e de como deveria se organizar para alcançar seus objetivos.

É importante destacar, ainda, as técnicas utilizadas para explicitar estes elementos diagnósticos. Com o objetivo de facilitar a expressão dos ideais, os trabalhadores desenhavam as suas visões sobre a propriedade ideal. Elementos apresentados nos desenhos (p.ex. cercas, tipos de cultura, casas isoladas ou em vilas, matas e rios etc.) eram problematizados para promover a discussão sobre produção coletiva, propriedade coletiva ou individual, produção agroecológica ou convencional etc. Dinâmicas de educação ambiental em áreas de floresta levavam à discussão sobre a relação entre trabalho e natureza, sobre as possibilidades e as descrenças na produção agroecológica e no manejo sustentável de florestas. A construção de uma maquete do imóvel, com a participação ativa dos assentados, permitiu a elaboração sobre o uso e apropriação da área, sobre a divisão dos lotes e sobre a definição de produção coletiva.

A experiência teve resultados em pelo menos três aspectos.

Localmente, permitiu aos trabalhadores rurais, posteriormente assentados, definir um modelo próprio de produção e organização territorial. A área foi dividida em 9 talhões, cada um deles com características próprias de culturas produtivas, organização do trabalho e propriedade da terra (coletiva ou individual).

Na relação do MST com o Estado, foi uma experiência que evidenciou as possibilidades efetivas de elaboração de Planos de Assentamento a partir dos próprios assentados. Em função da luta política do movimento e com o respaldo da experiência do PA Contestado, a partir de 2001, no Paraná, os PDAs deixaram de ser elaborados pela EMATER e passaram a ser elaborados inicialmente por uma parceria entre a Ambiens Sociedade Cooperativa e o DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais), em seguida pela Ambiens Sociedade Cooperativa e, finalmente, a partir de 2004 por organizações profissionais do próprio MST.

Profissionalmente, para os técnicos envolvidos, a experiência de trabalho foi a primeira, ainda no período que antecedeu a constituição formal, de trabalho coletivo no planejamento rural. Essa experiência foi fundamental para consolidar o processo iniciado em 1996 de formação do coletivo de planejadores. Assim, essa prática de planejamento,

inserida na luta social pela reforma agrária, foi uma espécie de gestação, definindo importantes contornos do que viria a ser a Ambiens.

### **A fundação**

A execução deste projeto intensificou a constituição da cooperativa. No primeiro semestre de 2000, iniciaram-se as discussões em torno do Estatuto Social. Em paralelo, procurava-se registrar e formalizar os princípios que foram debatidos no início da formação do grupo, afinando também as definições em relação às características essenciais dos projetos que seriam realizados. O projeto no assentamento também ampliou o campo de atuação que passou a incorporar o planejamento rural.

O objeto de trabalho da Ambiens foi definido a partir de um longo processo de debate. Porém, a própria vivência com a implementação dos projetos e seus resultados levaram os associados a identificarem o produto da Ambiens como algo mais que a sua definição formal. O sentido do trabalho é compreendido também na perspectiva (i) da melhoria das condições de vida das comunidades atingidas e (ii) da geração de conhecimentos que permitam o desenvolvimento de novas formas de intervenção no espaço físico e no ambiente social.

Fundada finalmente em 17 de junho de 2000, no município de Curitiba, com 22 cooperados, a Ambiens se inicia com um grupo de pessoas com características muito próximas. Idade, classe social, educação formal e afinidade política, ainda que a heterogeneidade pudesse ser vislumbrada na composição das diferentes formações. Arquitetos, engenheiros, psicólogos, agrônomos, advogados, cartógrafos, biólogos, dentre tantas outras formações que estiveram presentes na cooperativa, compartilhavam, em grande medida, o desejo de desconstruir fronteiras das formações disciplinares para produzir um trabalho que pudesse ser considerado genuinamente coletivo.

Evidentemente o convívio transformou a todos e, entre diferenças e proximidades foram construídas as identidades internas e externas do grupo. Com o passar do tempo, além das mudanças percebidas nos próprios cooperados, a expansão do grupo para a entrada de outras pessoas produz outros perfis de trabalho e de projeto comum.

Essas transformações são significativas na medida em que as diferentes composições existentes na Ambiens fizeram dela um espaço que assumiu certa capacidade de assimilação das mudanças e, como a entrada e a saída da sociedade era e é relativamente simples, do ponto de vista formal, as possibilidades de nova configuração foram e são sempre possíveis.

Em 2015, tendo realizado mais de uma centena de trabalhos, sempre com a perspectiva da apropriação popular dos processos de planejamento, e sido composta por

mais de 50 pessoas, a Ambiens segue reelaborando suas práticas de trabalho e questionando seu objeto: o planejamento.

### **Dos fundamentos à crítica do método**

A ideia inicial – e a linha condutora das reflexões – sobre o planejamento na Ambiens pode ser resumida, ainda que com grande risco de redução excessiva, na rejeição ao tecnicismo. A recusa do planejamento como atividade ou instrumento meramente técnico sempre afirma o seu caráter eminentemente político. Essa afirmação tem implicações. Como atividade política, o planejamento se insere em relações de poder, limita-se em termos da racionalidade, conjuga-se com outros processos sociais na tomada de decisão e, finalmente, está inscrito em situações de conflito.

A despeito disso, a ideia de que o conflito é inerente aos processos sociais não implica que sua consideração seja unívoca nas teorias do planejamento. Naquelas concepções de caráter normativo ou tecnocrático que eventualmente o reconhecem, é tratado como desvio resultante da ausência de racionalidade, superável pela boa ciência, pelo saber e pela verdade. É evidente que nessas concepções o conflito não é, em si, objeto do planejamento, mas sintoma de problemas ou defeitos que devem ser corrigidos. Nessa categoria se enquadram, também, algumas concepções de planejamento, especialmente as empresariais, que paradoxalmente se definem como estratégicas, mas relevam a ações de outros atores e redefinem o próprio conceito de estratégia como curso de ação que independe de “oponentes”.

No planejamento estratégico propriamente dito, os *stakeholders*, conforme a linguagem própria desta concepção, são centrais. As alianças e enfrentamentos definem as ações. Porter (2004), destacado ideólogo da administração estratégica, enfatiza a superação das “forças competitivas” como propósito principal das estratégias. Apesar disso, não se pode falar ainda em conflito ou, pelo menos, não em seu sentido político. Trata-se de obter vantagens, de se apropriar de recursos rivais e exclusivos para ampliar lucros e acumular. Não há diferença de projeto, o político se reduz ao econômico. É, na verdade, uma degeneração da ideia de estratégia emprestada da linguagem militar.

O conflito político aparece efetivamente em concepções de planejamento estratégico aplicadas a governos. O Planejamento Estratégico Situacional de Matus (1993) é um exemplo de destaque. Para o autor “existem vários sujeitos que planejam com objetivos conflitantes” (MATUS, 1993, p.51) e a aplicação ou uso de recursos de poder de uma força social produz fatos sociais que implicam na acumulação ou desacumulação desses próprios recursos de poder. Nesses termos, o juízo estratégico dos atores é parte fundamental do conflito e planejar é um movimento que define objetivos e julga situações em contextos de relações de poder. Apesar do grande mérito desta concepção, há, no entanto, uma



limitação: o ator que planeja é, para Matus, uma unidade. Não há conflitos internos, mas com outros atores.

As noções participativas, por outro lado, incorporam o conflito no corpo interno do ator planejador, mas tratam de mitigá-lo, de construir consensos ou, no mínimo, acordos. Nos modelos mais conservadores, a participação consiste apenas na acomodação de interesses secundários sem questionar o fundamental, concepção presente em, aliás, desde práticas de gestão participativa empresarial a diferentes experiências de participação na administração pública. Nos modelos mais radicais, a participação é o caminho que promove a inclusão ou a cidadania (que em certo sentido são sinônimos), seja pelo diálogo ou pela comunicação (RIVERA, 1995; GANDIN, 1994), seja pela conquista de espaços políticos (DEMO, 1996). Há, contudo, o reconhecimento da tendência sistêmica ou reformista desses processos, na medida em que o planejamento participativo, inserido no contexto institucional do Estado, provavelmente não planejará a superação desse mesmo Estado.

As definições de Planejamento Subversivo (RAINER, 2007), Insurgente (MIRAFTAB, 2009) ou Conflitual (VAINER, 2003) indicam sobretudo a alteração do agente central, do Estado para a sociedade ou comunidade que planeja. A depender da concepção, indicam um planejamento de “baixo para cima” ou um planejamento como instrumento de luta, mas, em maior ou menor grau, questionam a tendência sistêmica e posicionam o conflito na própria origem do planejamento. Em outras palavras, é em função do enfrentamento que se define a necessidade ou a opção por planejar. Sem pretender aqui explorar as diferenças – importantes – entre as concepções insurgente, subversiva ou conflitual, vale destacar que estas, em relação àquelas (estratégica ou participativa, p. ex.), não consideram o conflito apenas como mais um dado da realidade que deve ser incorporado ao diagnóstico, mas como fundamento mesmo do planejamento.

Portanto, o contexto de conflito pode ser explorado pelo planejamento de diferentes maneiras, mas há importantes implicações quando se trata de toma-lo como ponto de partida. Em termos metodológicos – ou mais propriamente, morfológicos – implica, por exemplo, na crítica aos métodos hegemônicos de planejamento que afirmam uma espécie de maniqueísmo na leitura da realidade. O método *SWOT*<sup>4</sup>, com suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças ilustra bem essa redução a aspectos positivos e negativos que negligencia as contradições, os conflitos, as diferenças de interesse que são partes do problema que o planejamento deveria enfrentar. Assim também se verifica na perspectiva CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades), método mais comum quando se trata de planejamento urbano.

---

<sup>4</sup> Strengths, Weakness, Opportunities and Threatens.

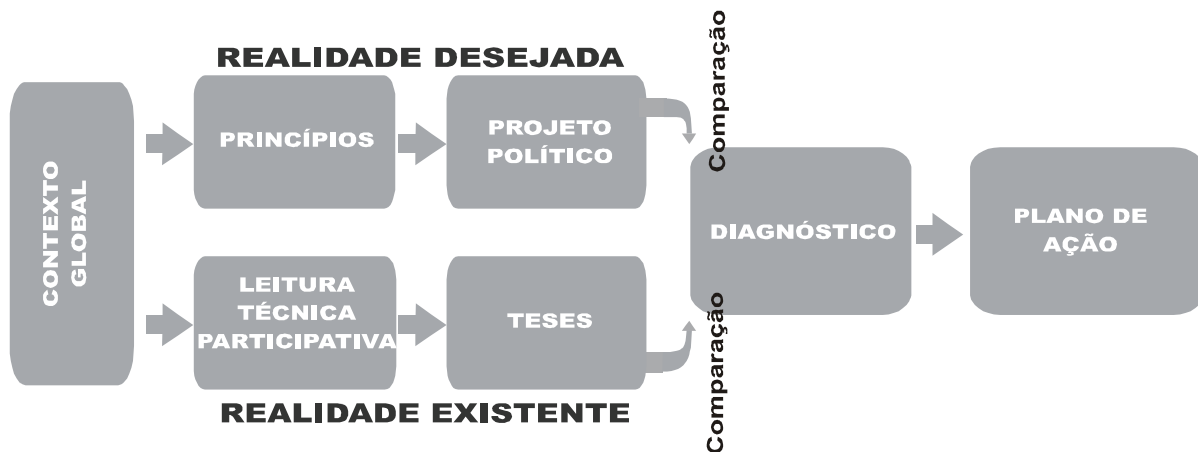
## Contestação no planejamento institucionalizado

A **crítica aos métodos hegemônicos** é um elemento importante na experiência da Ambiens. É expressão do questionamento sobre certa forma de universalização de valores ou propósitos que, em vez de representar o suposto bem comum, constituem a afirmação ideológica de interesses particulares como vontade geral. Ao longo do tempo, nos diversos processos de planejamento institucionalizado em que a Ambiens foi assessora, desenvolveram-se, certas vezes como inovações, outras como incorporações, algumas práticas, técnicas ou métodos que procuravam enfrentar concepções homogeneizadoras de desenvolvimento.

As resistências, especialmente dos técnicos ou gestores, em despojar-se de tais métodos foram frequentes. Em parte, decorreu do apego às metodologias conhecidas e das dúvidas sobre outras possibilidades. De outra parte, do receio justamente de expor as divergências, as contradições que poderiam efetivamente questionar posições de poder e o *status quo*.

No segundo caso, é ilustrativo o debate, durante a elaboração de um plano diretor de município do interior do Paraná, sobre a afirmação de que o desenvolvimento da produção leiteira era um aspecto positivo a ser considerado no diagnóstico. Esta seria a vocação econômica da região e, de acordo com o ideário dominante, a atividade mais importante para economia local. No entanto, se por um lado a atividade representava parte importante do valor adicionado no município, por outro, este mesmo crescimento da produtividade que a qualificava vinha sendo responsável pela redução do emprego de mão de obra na atividade rural e uma das causas da intensificação da ocupação precária em áreas urbanas irregulares. O debate sobre essa dupla inscrição do fenômeno, levou à indicação de diretrizes de mitigação dos efeitos negativos da atividade econômica, mas, mais importante que isso, permitiu a confrontação do status simbólico que possuíam os produtores de leite, especialmente associados a uma identidade cultural europeísta, como motores do desenvolvimento e de sua atividade como interesse geral. Uma expressão metodológica desse processo é a substituição dos “aspectos positivos e negativos” (forma como o diagnóstico é estruturado para o *SWOT* ou *CDP*) por **teses explicativas**, que envolvem não apenas o julgamento instrumental de dados ou informações, mas a necessária interpretação ou explicação dos processos sociais que produzem aquela realidade. Há, seguramente, valores envolvidos nessa análise, porém muito mais no sentido weberiano de racionalidade orientada por valores (éticos?) do que o “bom” ou “ruim” unidimensional (geralmente econômico) e sem conflito das concepções estratégicas.

**Figura 1. Esquema da Metodologia de Planejamento adotada pela Ambiens.**



Fonte: AMBIENS (2006)

Trazer à luz contradições como essa implica em reconhecer, fundamentalmente, quem são os atores em jogo e qual é ou quais são as questões objeto de disputa (a expressão francesa *enjeu* não teria tradução tão apropriada quanto seu significado<sup>5</sup>). Nesse espírito, a Ambiens desenvolveu algumas técnicas para realizar, sempre no início dos processos de planejamento, o que convencionou chamar de **Diagnóstico Sociopolítico**. Em outras palavras, trata-se de identificar quem são os atores, quais são seus interesses e quais são suas possibilidades de incidir sobre as decisões políticas que estarão presentes. Apesar da possível alegação de similaridade com a análise de *stakeholders*, própria do planejamento estratégico, as semelhanças se encontram apenas nas aparências. Essencialmente, o que se objetiva, é evidenciar as disputas em curso (e, portanto, o caráter conflituoso dos processos sociais) visando a exigência de justificativas éticas para as decisões de planejamento. Reconhecendo as disputas, o planejamento deve responder porque optar por tal ou qual posição, tal ou qual lado, e essas opções, na medida em que se tornam públicas, podem ampliar a consciência dos atores sobre as relações de poder.

Um caso paradigmático, nesse tema, ocorreu no plano diretor de um dos maiores municípios do Estado do Paraná. Durante o debate sobre a "produtividade" da terra urbana, no contexto da definição de critérios para a delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social e notificação de imóveis vazios, a localização e identificação dos imóveis e, com isso, a identificação dos seus proprietários, assumiu certa centralidade. Considerando a grande quantidade de imóveis com essa característica, especialmente na região central e em um bairro muito populoso próximo à Universidade Estadual, o tema foi responsável por importantes disputas durante a elaboração do Plano Diretor.

<sup>5</sup> Carlos Vainer fez uma bela discussão sobre esse tema linguístico e suas significações no primeiro encontro da Rede de Observatórios de Conflitos em 2009, no Rio de Janeiro.

Ao conflito mais usual, entre os movimentos de moradia que, em grande medida, demandavam as terras infraestruturadas do município, e o mercado imobiliário, se emparelharam outras disputas latentes. O setor imobiliário estava dividido, grosso modo, em três grandes grupos, dentre eles, dois em conflito evidente. Os proprietários dos terrenos, que apesar da colonização recente do Norte do Estado, se (auto)reconheciam como "famílias tradicionais", estavam divididos entre aqueles que retinham lotes urbanos na região central e os "antigos" proprietários de grandes glebas localizadas dentro do perímetro urbano municipal, com disposição de infraestrutura pública, que ainda mantinham suas atividades rurais, vislumbrando possibilidades futuras de parcelamento. Por outro lado, dadas as características de crescimento do Município, incorporadores imobiliários demandavam áreas para construção, principalmente nas áreas em que o zoneamento<sup>6</sup> garantia vantagens que estabeleciam rendas de monopólio. Assim, enquanto o primeiro e o segundo grupos visavam a retenção especulativa dos imóveis, o terceiro grupo reivindicava a identificação dos vazios e a aplicação dos instrumentos descritos no texto constitucional e no Estatuto da Cidade para o parcelamento e, principalmente, a edificação compulsória.

Apesar dos interesses evidentemente distintos, essa reivindicação dos incorporadores convergia parcialmente com as demandas dos movimentos por moradia pela identificação dos vazios e aplicação dos instrumentos. Estes, por sua vez, demandavam a gravação dos imóveis, principalmente as glebas, como ZEIS destinando-os, portanto, aos programas habitacionais para a população de baixa renda, um tipo de empreendimento que, naquele contexto, não interessava diretamente aos incorporadores. A demanda habitacional do Município aparecia distorcidamente como muito baixa, em virtude da norma para a adesão aos programas habitacionais que exigia a comprovação de residência de pelo menos dois anos no município pelo futuro beneficiário. Como resultado, o déficit habitacional se registrava em dois municípios limítrofes, fato eventualmente acionado para colocar em cheque a legitimidade da demanda por moradia dos "migrantes" que buscavam a demarcação das zonas especiais de interesse social.

A gestão municipal não respondia, tanto na esfera de governo quanto na esfera técnica, de maneira coesa a esses interesses e o debate sobre isenção de IPTU de áreas utilizadas para a agricultura extensiva nos limites do perímetro urbano em oposição à taxa progressiva acirrou os conflitos. A explicitação dos agentes e dos interesses envolvidos na tomada de decisão – independentemente dos resultados, que dependiam das

---

<sup>6</sup> A origem planejada pelas companhias de terras, característica de diversos municípios do norte do Paraná estabeleceu, desde cedo, o controle do uso do solo que instituiu a apropriação seletiva das qualidades diferenciais desse processo de urbanização. Durante a elaboração do Plano Diretor, os proprietários dos lotes centrais e proprietários de residências de classe média, de feição bastante elitista, ao exporem as suas demandas, "temiam" a desvalorização de suas áreas em função da não existência de um "claro projeto de vizinhança".

relações de poder e, portanto, da capacidade desses agentes de definir e realizar seus interesses objetivos específicos – e a complexidade e incompatibilidade dos fins visados, apesar de algumas coincidências de meios, impunham (e essa é a regra) a impossibilidade do tipo de negociação “ganha-ganha” que muitas vezes orienta a visão de planejamento baseada na construção de consensos.

O Diagnóstico Sociopolítico evidenciou os conflitos e criou condições mais transparentes para a própria disputa. Desfetichizada a neutralidade técnica do planejamento urbano, fortemente arraigada neste caso em função da origem do município como cidade planejada, as decisões implicariam concretamente na opção pelos verdadeiros beneficiários do Plano Diretor. Nesse contexto, o processo de planejamento explicitava a “cidade para quem”, conferindo responsabilidade ética e política aos agentes envolvidos.

De qualquer modo, a experiência, dentre outras questões, ilustra os limites do planejamento frente ao jogo de forças dos diferentes grupos. O planejamento não é capaz de destituir as bases que estruturam as relações de poder. Os recursos econômicos e políticos, o domínio das instituições, as fontes de autoridade, apenas para exemplificar algumas das bases tradicionalmente reconhecidas pelas teorias sociais, não são alterados fundamentalmente porque um processo de planejamento se inicia. De qualquer modo, há elementos que contribuem para o rearranjo de forças e a evidência das diferenças e a **informação** está entre eles. Na experiência da Ambiens esse é um tema caro. Durante o planejamento é fundamental informar, compartilhar dados, dar transparência aos subsídios da tomada de decisão. Antes de tudo, no entanto, é importante reconhecer que há, regra geral, diversas assimetrias quando se trata de informação. Ainda que os militantes mais progressistas no campo do planejamento defendam uma equiparação valorativa entre saber técnico e saber popular, na prática política os saberes são hierarquizados, independentemente dos desejos e dos esforços de mudança que possam ser empreendidos. Bourdieu já afirmou que

Uma das dificuldades da luta política atualmente é que os dominantes, tecnocratas ou epistemocratas, de direita ou de esquerda, são partidários da razão e do universal: caminhamos em direção a universos nos quais, cada vez mais, serão necessárias justificativas técnicas, racionais, para dominar, e nos quais os próprios dominados poderão e deverão, cada vez mais, utilizar-se da razão para defender-se contra a dominação, já que os dominantes, cada vez mais, invocarão a razão e a ciência para exercer sua dominação (Bourdieu, 2007, p.156).

O discurso e o saber técnico-científico estruturam, organizam as informações a sua própria maneira e isso confere vantagens àqueles que os dominam. Essa não é uma assimetria facilmente reversível e, certamente, não se supera com a mera simplificação ou, como frequentemente se define, popularização das informações. Esse processo passa também por ampliar o próprio domínio sobre esse saber técnico-científico. Oficinas de leitura

e de produção de dados ou mapas temáticos passaram a ser uma prática frequente nos processos de planejamento em que a Ambiens esteve envolvida.

Mas, além de compreendida, a informação precisa ser **problematizada**, o que passa pela compreensão dos mecanismos de produção e reprodução social. Entre diferentes estratégias e técnicas desenvolvidas com essa finalidade, a Ambiens desenvolveu alguns instrumentos lúdicos para debater temas como Estado, democracia, desigualdade social, especulação imobiliária, produção do espaço, apropriação de bens socioambientais etc., como, por exemplo, o Jogo de Direito à Cidade, o Jogo do Patrimônio Histórico, desenvolvido para o IPHAN e o Jogo da Democracia.

O primeiro deles, o Jogo do Direito à Cidade foi desenvolvido com a finalidade de discutir a produção capitalista do espaço urbano e as disputas e relações de poder entre os agentes dessa produção. A dificuldade de problematizar essas questões em diferentes processos de planejamento urbano, como planos de regularização fundiária, de habitação, planos diretores e de regulação sobre o uso e a ocupação do solo, levou, em 2004, durante a elaboração do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (PEMAS) de Londrina, a iniciar o desenvolvimento de um jogo de RPG que foi aprimorado até sua versão mais acabada em 2006, ainda que diferentes formas de aplicação continuem sendo formuladas até hoje.

Na ficção de uma cidade inventada, com personagens vivenciados por técnicos dos municípios, estudantes, moradores, lideranças comunitárias, planejadores etc. são discutidos temas como a compreensão sobre os sentidos da terra, o processo de valorização e de compartimentação da terra, a forma de aquisição, o preço, a relação entre o público e o privado, as desigualdades sociais, o direito à cidade, a participação política e as correlações de força. Esses elementos se encontram em situações nas quais os jogadores precisam assumir posicionamentos, contribuindo para explicitar a natureza dos processos.

Em certo sentido, o jogo é uma técnica para o questionamento do dado, do resolvido, do neutro, do posto e do suposto. O instrumento objetiva um outro tipo de aproximação da população ou dos grupos envolvidos no planejamento, inclusive dos aplicadores, com a realidade. A ficção permite a dúvida do estabelecido, o questionamento sobre a certeza, o desconforto sobre o que não é simples e a perplexidade diante do que não tem resposta certa, mas tem melhor resposta para esse ou para aquele grupo. O jogo, como tantas outras atividades com tais características desenvolvidas pela Ambiens, busca a aproximação do tema, a informação, a reflexão sobre os possíveis sentidos do planejamento e das decisões, inclusive sobre a utilização dos instrumentos, a sua pertinência e adequabilidade. Sem uma conclusão predefinida, tal como no planejamento, os caminhos possíveis e os elementos essenciais aparecem como conflitos a serem enfrentados. Os juízos valorativos sobre as



Fonte: Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, Google Maps, Fusion Tables (2015).

Esse fenômeno, ainda efervescente nos anos recentes, é, contudo, bastante anterior. Desde a década de 1980 são registrados conflitos por moradia nesta região. De acordo com Oliveira (et. al., 2006), as Moradias Sabará, especificamente, tiveram seu processo de ocupação iniciado em meados da década de 1980, a partir da relocação de 192 famílias provenientes de outra área irregular no bairro Campo Comprido, em Curitiba, por meio de programas de habitação da Prefeitura Municipal, constituindo a Vila Conquista. O entorno dos lotes inicialmente demarcados pela Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB-CT) foi, em poucos anos, também ocupado em conflito com a legislação vigente de parcelamento, ocupação e uso do solo urbano. Em meados da década de 1990, a COHAB-CT adotou medidas que visavam, em tese, regularizar a situação dos moradores (OLIVEIRA et. al., 2006).

Os moradores do conjunto de ocupações do Sabará, localizado na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), sempre pretenderam regularizar a sua situação perante o poder público municipal. Com base nessa intenção, um grande contingente de pessoas assinou um contrato de compra e venda denominado “Termo de Concessão e Uso do Solo” [...]. A partir de 1994, a COHAB-CT passou a firmar os referidos TUCS com os moradores desta e de outras áreas de ocupação da cidade, sob a alegação de estar regularizando as áreas, porém inúmeras áreas ainda não foram regularizadas e os moradores que pagaram o preço estabelecido pelo lote não receberam a transferência da propriedade, permanecendo na condição de ocupantes irregulares e sem a devida urbanização (OLIVEIRA et. al., 2006, p.13).

A área era caracterizada por “baixa qualidade habitacional, [...] falta de serviços e infraestrutura públicos [e] ocupação de áreas ambientalmente frágeis” (OLIVEIRA et. al., 2006, p. 12). Na lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Curitiba (Lei 9.800/00), aprovada em 03 de janeiro de 2000, foi delimitada como Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS), flexibilizando os parâmetros urbanísticos anteriormente vigentes (OLIVEIRA et. al., 2006).

O Projeto de Extensão Universitária Direito e Cidadania teve sua origem em 2001 nesse contexto, quando o Ministério Público do Paraná, um grupo de professores e alunos do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, além de militantes e outras organizações, por demanda de três Associações de Moradores da área, passaram a colaborar com os moradores do Sabará (OLIVEIRA et. al., 2006; PODZWATO; PONTES, 2014) com o objetivo de “reconhecer as demandas existentes no local e trabalhar coletivamente a perspectiva de desenvolvimento da comunidade” (OLIVEIRA et. al., 2006, p.13).



Esta aproximação se desdobrou em diversas ações, incluindo uma Ação Civil Pública – proposta pelo Ministério Público do Paraná a partir de denúncias de moradores das vilas do Sabará sobre a ilegalidade dos contratos e a falta de parcelamento dos lotes que estavam sendo adquiridos – visando anular os Termos de Concessão de Uso do Solo (TUCS), firmados pela COHAB-CT. Em 2006, o Juízo da Quarta Vara da Fazenda Pública de Curitiba decidiu pela anulação de todos os TUCS firmados em áreas não regularizadas (OLIVEIRA et. al., 2006).

Ainda pendente a questão fundiária, nos anos de 2004 e 2005, o projeto foi retomado a partir de reuniões com as lideranças comunitárias e a participação voluntária de professores e estudantes dos Cursos de Direito da UFPR, PUC-PR e Universidade Positivo, profissionais da área do Serviço Social, Ministério Público do Estado do Paraná, advogados da ONG Terra de Direitos e profissionais da Ambiens Sociedade Cooperativa (OLIVEIRA et. al., 2006; PODZWATO; PONTES, 2014).

Em 2006, a Terra de Direitos submeteu proposta para Edital do Ministério das Cidades e obteve recursos do Programa de Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários – Ação de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas, na modalidade de atividades jurídicas e administrativas, apresentando o arranjo institucional envolvido com o projeto, com a finalidade de propor ação judicial de regularização fundiária (FRIGO, 2015).

A partir da aprovação dessa proposta, as ações do projeto ganharam outra dimensão. Com a perspectiva concreta do ajuizamento das Ações de Usucapião Coletivo, se intensificaram os conflitos com o Executivo Municipal e com a COHAB-CT, evidenciando algumas contradições nos processos de organização comunitária. Representantes do Executivo Municipal, que defendiam o reassentamento de parte das famílias, alegavam que as informações prestadas pelos técnicos do projeto Direito e Cidadania sobre as condições legais da área estavam equivocadas. A disputa pela veracidade das informações e, em consequência, pela legitimidade da assessoria, produziu um choque entre lideranças dos moradores, algumas ligadas ao grupo político da Prefeitura (PODZWATO; PONTES, 2014; FRIGO, 2015).

Nesse contexto, já estava em curso um amplo processo de mobilização da comunidade. A organização dos moradores para a regularização fundiária ocorreu com a estruturação de grupos territorializados por ruas ou quadras. Em cada um desses, foram realizadas reuniões na casa de um dos moradores e eleitos os representantes que formariam os denominados Conselhos de Regularização Fundiária, que seriam incorporados formalmente nos estatutos das associações de moradores. A institucionalização desses grupos evidenciou as disputas de poder entre os tradicionais representantes e as novas lideranças que surgiam com propostas e vínculos bastante diferentes daqueles até então

vigentes na comunidade e interferiu nas relações estabelecidas entre as Associações e dessas com a Prefeitura. Além das reuniões com os conselheiros, foram realizadas assembleias com participação expressiva dos moradores, instituindo processos de capacitação e promovendo a articulação com outros movimentos sociais e organizações de luta por moradia, educação e saúde. Ainda merece destaque a criação, durante o processo, do jornal local chamado “Folha do Sabará”, financiado parcialmente com recursos do projeto de regularização e parcialmente por anúncios do comércio local, que foi fundamental para divulgação das informações sobre a regularização fundiária e importante instrumento na reorganização política da comunidade (PODZWATO; PONTES, 2014).

Nessa dinâmica, desenvolveu-se um amplo processo de debate sobre o direito à cidade e à moradia, a função social das áreas ocupadas e a contextualização das condições do bairro e de ocupação pelos moradores. A metodologia para o plano de regularização fundiária e desenvolvimento urbano das Moradias Sabará, inspirada na experiência da Ambiens em processos participativos de planejamento<sup>7</sup>, foi definida nas reuniões comunitárias, visando, fundamentalmente o fortalecimento da participação política dos moradores e dos próprios técnicos, permitindo a formação de novos sujeitos e coletivos (PODZWATO; PONTES, 2014).

A primeira fase, do Diagnóstico, teve por objetivo confrontar a “Realidade Existente” com a “Realidade Desejada”, com debates e elaboração de mapas temáticos para auxiliar a compreensão das características da ocupação (localização, topografia, infraestrutura, aspectos ambientais, mobilidade, uso do solo, equipamentos urbanos, educação, saúde, densidade e renda), bem como a formulação das necessidades e demandas prioritárias que comporiam o projeto urbanístico. Na fase seguinte, da Ação Participativa, o projeto urbanístico (Subdivisão, Viabilidade, Regularização Ambiental, Zoneamento, Sistema Viário e Equipamentos Públicos) foi elaborado, instruindo a ação judicial de regularização, em conjunto com os dados cadastrais dos moradores. Além disso, se instituiu um processo de formação sobre temas definidos coletivamente (Regularização Fundiária, Usucapião Coletiva, Realocação e Questão Ambiental e Gestão Democrática) (OLIVEIRA et. al., 2006; PODZWATO; PONTES, 2014; FRIGO, 2015).

Como resultado mais imediato desse processo, desenvolvido entre 2006 e 2008, além da já citada criação da Folha do Sabará, foram constituídas duas novas associações de moradores (Associação Comunitária Jardim Eldorado e Associação Comunitária dos Moradores das Vilas Esperança e Nova Conquista) reestruturando as relações de poder e fortalecendo a atuação dos moradores na luta pela segurança da posse e qualificação urbana das áreas. O projeto urbanístico, desenvolvido pelos moradores com assessoria da

---

<sup>7</sup> Para mais detalhes sobre a metodologia, ver Faria (2006).

Ambiens, respeitando as especificidades de cada vila e a divisão reconhecida pelos moradores sobre as questões territoriais e sociais, subsidiou as três ações de usucapião, na modalidade do "coletivo urbano" disposto no Estatuto da Cidade, ajuizadas em 2008 pela Terra de Direitos, das Vilas Nova Conquista (aprox. 548 unidades habitacionais), Esperança (aprox. 303 unidades habitacionais) e Eldorado (aprox. 349 unidades habitacionais) (PODZWATO; PONTES, 2014; FRIGO, 2015). Além dos resultados políticos para a comunidade, o projeto obteve reconhecimento do Prêmio Inovare, em 2011, como melhor prática de Justiça e Inclusão Social na categoria Advocacia.

### **O que se pode concluir até aqui**

As experiências relatadas sugerem a leitura e a análise sobre os limites da práxis planejadora, mas, ao mesmo tempo, demonstram a existência da construção de espaços que permitem a desmitificação da racionalidade planejadora tradicional, com pretensão de neutralidade, e a evidência da pluralidade de valores e fins que constituem as ações planejadoras. O mito do planejamento como solução que se basta para problemas concretos é desfeito na medida em que se compreende a complexidade de sentidos que toma quando "está em ação". Por outro lado, o discurso do planejamento se reforça pela valorização, como lembra Bourdieu (2007, p.156), no próprio campo das resistências, do discurso racional técnico como meio de legitimação de interesses e de lutas.

Neste sentido, o reconhecimento do conflito como expressão das diferenças, da multiplicidade de agentes, das escolhas possíveis entre projetos divergentes e de projetos que respondem mais e não totalmente, é fundamental para uma prática crítica de planejamento. Justamente porque não se busca subsumir à totalidade ou reduzir ao pensamento único estruturado pelas dimensões valorativas e finalísticas de agentes particulares, mas a exprimir projetos de grupos e coletivos que revelam determinados quereres, que as práticas de planejamento podem contribuir para as lutas sociais e vislumbre de outros horizontes de sociedade.

O que se observa na experiência da Ambiens é o esforço de fazer do planejamento – com reconhecimento do conflito, da parcialidade do dado e do informado, das razões do instituído e dos vieses do conhecido – uma forma de militância. O relato apresentado não foi capaz de traduzir a riqueza de quinze anos de existência e de planejamentos, mas permite propor respostas às perguntas feitas no início desse texto.

Outros sentidos podem ser atribuídos ao planejamento. As finalidades e os valores podem ser modificados. Longe de ser apanágio dos problemas sociais, econômicos ou políticos, o planejamento pode ser o campo, o instrumento ou o indutor de enfrentamentos possíveis ou necessários e, nesse sentido, contribuir com as lutas sociais. Mais do que simplesmente produzir novas técnicas, o que se permite compreender com as experiências

relatadas é que a evidenciação dos interesses, a compreensão da complexidade dos elementos que envolvem as mudanças concretas da vida e o desvendamento sobre os meios e propósitos da invenção do interesse comum podem ter por fonte e meio a construção de um planejamento que já se constitua, metodologicamente, a partir dessas premissas.

São fundamentais para explicar os sentidos construídos por essa experiência a origem contestatória e o envolvimento com processos de organização comunitária, mas a organização autogestionária e a convivência cotidiana com seus próprios conflitos também cumprem um papel fundamental para o amadurecimento coletivo, a renovação dos questionamentos e da crítica, a reflexão sobre quem e o que se deve enfrentar e, finalmente, como e o que se quer superar.

### **Referências Bibliográficas**

AMBIENS. Ata seminário interno de metodologia do Plano Diretor. Curitiba: Ambiens, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. 8ªed. Campinas: Papirus, 2007.

DEMO, Pedro. Participação É Conquista. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FARIA, J.R.V. Planejamento Participativo e Pedagogia da Autonomia. Anais do X Colóquio Internacional sobre Poder Local. Salvador: CIAGS, 2006.

FRIGO, D. Projeto Direito e Cidadania – Ações de Regularização Fundiária para Efetivação do Direito à Moradia Digna. Prêmio Innovare 2011. Disponível em <http://www.premioinnovare.com.br/praticas/projeto-direito-e-cidadania-aco-es-de-regularizacao-fundiaria-para-efetivacao-do-direito-a-moradia-digna/print/>. Acessado em 20 de dezembro de 2015.

GANDIN, Danilo. Prática do Planejamento Participativo. São Paulo: VOZES, 1994.

GROSSI, Paolo. A propriedade e as propriedades na oficina do historiador. In.: GROSSI, Paolo. História da propriedade e outros ensaios. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

MATUS, Carlos. Política, Planejamento e Governo. Tomos I e II. Brasília: IPEA, 1993

MIRAFETAB, Faranak. Insurgent Planning: situating radical planning in the Global South. Planning Theory, February, 2009 vol. 8 no. 1, pp. 32-50. Disponível em: <http://plt.sagepub.com/content/8/1/32.full.pdf+html>. Acessado em 18 de novembro de 2015.

MST. Produção de assentados no Paraná atenderá a 5 mil pessoas em 2015. Disponível em <http://www.mst.org.br/2015/02/05/producao-de-assentados-no-parana-atendera-5-mil-pessoas-no-ano.html>. Acessado em 20 de novembro de 2015.

OLIVEIRA, V.G.; ARANA, I.L.; DUTRA, R.S.; BRAGA, A. Regularização Fundiária do Sabará: da irregularidade jurídica à participação como foco de trabalho de inclusão sócio-

territorial. Anais do IV Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico. São Paulo: IBDU, Dezembro de 2006.

PODZWATO, F.S.; PONTES, D.R. Ficha Experiência de Planejamento em Situação de Conflito: Moradias Sabará, Curitiba-PR. I Encontro de Experiências de Planejamento Urbano em Contexto de Conflito. Rio de Janeiro: NEPLAC, ETTERN, NEPHU, GPDU, 2014.

PORTER, M. E. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

RANDOLPH, Rainer. Do Planejamento Colaborativo ao Planejamento "Subversivo": Reflexões sobre Limitações e Potencialidades de Planos Diretores No Brasil. Scripta Nova, Barcelona, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. XI, nº. 245 (17), 1 de agosto de 2007.

RIVERA. Agir Comunicativo e Planejamento Social: uma crítica ao enfoque estratégico. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

TODOROV, Tzvetan. A Vida em Comum: ensaio de antropologia geral. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

VAINER, Carlos B. O Plano de Recuperação e Desenvolvimento Economico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Itá e Machadinho: uma experiência inovadora de extensão universitária e de planejamento. Cadernos IPPUR, Vol. XVII, nº1. Jan a Jul. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003.

WEBER, Max. Origem do capitalismo moderno. In: Max Weber: Textos Seleccionados. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.